



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 10/2016
Período: 02/04/2016 –08/04/2016

GEDES - UNESP

- 1- Editorial comentou presença brasileira na Antártida
- 2- General do Exército comentou sobre a possibilidade de decretação do estado de defesa ou sítio no atual cenário político brasileiro
- 3- Marinha afirmou que motivo para Porto de Rio Grande não ter sido homologado é técnico

1- Editorial comentou presença brasileira na Antártida

Em editorial publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, o periódico comentou a presença e trajetória do Brasil na Antártida, recordando que o país é um dos 29 membros do Tratado Antártico, que declara o local como “domínio reservado à paz, à preservação e à ciência” e permite aos países signatários exercerem a atividade de pesquisa na região. O editorial afirmou ser uma questão estratégica para o Brasil a manutenção de militares da Marinha e pesquisadores no local, integrantes das missões, os quais encerraram a 34ª Operação Antártica em março do ano de 2016, apesar de “todas as vicissitudes orçamentárias”. Dentre as dificuldades que essas missões tiveram que enfrentar, o jornal lembrou o incêndio que destruiu a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) e matou 2 militares no ano de 2012. Entretanto, afirmou que a EACF já está com seu projeto de reconstrução pronto, com custo estipulado em US\$ 100 milhões, e construção a ser realizada pela empresa chinesa CEIEC, a partir do repasse dos recursos pelo Ministério da Defesa brasileira. Contudo, o editorial afirmou que cientistas argumentaram contra a construção da nova EACF na península Keller, mesmo lugar da antiga, apontando que o local já foi estudado por cientistas brasileiros por três décadas, o que justificaria a aplicação de parte desses recursos em explorações mais ao sul da Antártida. (Folha de S. Paulo - Opinião - 02/04/16)

2- General do Exército comentou sobre a possibilidade de decretação do estado de defesa ou sítio no atual cenário político brasileiro

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o general do Exército e ex-chefe do Estado-Maior do Ministério da Defesa Rômulo Bini Pereira, considerando a situação vivenciada pelo país e as notícias veiculadas na mídia e nas redes sociais. Pereira afirmou que independente do resultado do processo de *impeachment* da presidenta da República, Dilma Rousseff, o Brasil atravessará “um período de confrontos que as nossas instituições, provavelmente, não serão capazes de conduzir ou solucionar”, devendo, assim, amparar-se nos artigos 136 e 137 do

Título V da Constituição Federal, que versam sobre a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas e dizem respeito às normas necessárias para o decreto do estado de defesa ou do estado de sítio. A medida, de acordo com o general, teria o intuito de lidar com a radicalização das posições políticas e ideológicas, que poderiam gerar confrontos físicos entre os grupos favoráveis e contrários ao *impeachment*. Pereira criticou a forma como Rousseff e o ex-presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, estão agindo diante das denúncias da operação Lava-Jato e do avanço do processo de *impeachment*, acusando Rousseff de estar agindo como uma “militante partidária” em comícios no Palácio do Planalto e Lula da Silva de utilizar, em declarações recentes, termos ofensivos e que fazem apologia à violência. Pereira afirmou que com a escalada da violência e a instalação das medidas do Título V da Constituição, as Forças Armadas teriam que entrar em ação. No entanto, o general indagou qual seria a reação dos militares ao descobrirem que estão sendo utilizados em um “jogo de interesses” pelo Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, órgãos ligados ao governo e que seriam responsáveis pela adoção de medidas como o estado de defesa ou de sítio: “como agirá o militar, de qualquer nível hierárquico, no cumprimento de missões oriundas e determinadas por esses preceitos constitucionais se as considerar ilegais e consubstanciadas a velados interesses de um “jogo político”? Como aceitaria cumprir um ato que julga ilegal dentro de uma missão legal?” (O Estado de S. Paulo - Espaço aberto - 02/04/16)

3- Marinha afirmou que motivo para Porto de Rio Grande não ter sido homologado é técnico

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, portos em toda a costa brasileira estão em situações precárias ou não foram homologados, impedindo sua utilização. De acordo com o jornal, "um dos problemas recorrentes no país é a sobreposição de órgãos públicos que interferem nas obras de infraestrutura e, por não atuarem de forma conjunta, provocam atrasos nos empreendimentos", o que vem ocorrendo no Porto de Rio Grande, localizado na cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. O *Correio* afirmou que para ampliar o porto, interna e externamente, o governo investiu R\$ 696 milhões, porém navios de grande porte não são permitidos, mesmo após a realização das obras, por falta de homologação da Marinha, a qual relatou ao periódico-que é responsável apenas pela fiscalização dos aspectos relacionados à segurança da navegação local. Segundo o jornal, no caso do porto de Rio Grande, o motivo da não homologação, até o momento, tem caráter técnico: “o levantamento hidrográfico apresentou inconsistências — incerteza vertical acima da preconizada pelas especificações técnicas — que impediram a Marinha de usar os dados para a atualização cartográfica náutica local”. A Marinha afirmou que o assoreamento é uma característica da região e “há necessidade frequente de dragagem”. (*Correio Braziliense* — Economia — 03/04/16)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriel Camargo do Vale (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Laura Pujol Ricarte (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC).